



EMENDA AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2025

EMENDA Nº

(Do Sr. Deputado **JUNIO AMARAL**)

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

EMENDA AO RELATÓRIO PRELIMINAR

Dê-se ao item 2.4.5. a seguinte redação:

“2.4.5. Terão acolhimento prioritário as emendas que prestigiem projetos em execução e as prioridades dispostas no art. 3º da Lei nº 14.802, de 10/01/2024, que estabelece o PPA 2024-2027, e aquelas voltadas a promover a redução do déficit habitacional, especialmente junto a populações vulneráveis e **entre profissionais da segurança pública**, em áreas com índice de desenvolvimento humano (IDH) inferior à média nacional, e a urbanização integrada em zonas periféricas e assentamentos subnormais.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende incluir no relatório preliminar a prioridade na redução do déficit habitacional entre profissionais da segurança pública, tendo em vista a situação de necessidade desse setor com o aspecto da habitação, especialmente pelo risco que muitos policiais enfrentam nas



grandes metrópoles diante da vulnerabilidade de residirem em locais por vezes dominados pelo crime organizado ou com influência deste.

Não por acaso, existem aplicações para combater esse déficit e dar as condições necessárias de habitação aos profissionais da segurança pública, a exemplo do Fundo Nacional de Segurança Pública e também do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro).

Com essa modificação, esses recursos serão potencializados e teremos prioridade na peça orçamentária de 2026 para enfrentar o déficit habitacional entre os profissionais da segurança pública.

Ao mesmo passo, também retiramos a previsão de que as minorias sociais sejam alcançadas por esse acolhimento prioritário no âmbito do déficit habitacional, posto que as pessoas em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade já são alcançadas pelo trecho que garante a prioridade “especialmente junto a populações vulneráveis”, assim como aquelas em áreas com IDH inferior à média nacional, zonas periféricas e assentamentos subnormais.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos parlamentares e do relator para que essa alteração seja promovida dentre o acolhimento prioritário das emendas que visem promover a redução do déficit habitacional entre profissionais da segurança pública.

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2025.

Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

